



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Processo nº: 7.755/2017-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Educação – SEE/DF

Assunto: Licitação.

Ementa:

- Exame do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2017/SUAG/SEE-DF, tendo por objeto a contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado (peça 2).
- Representação oferecida pela empresa FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda., com pedido cautelar, apontando possível restrição ao caráter competitivo do certame em razão da participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, bem assim possível descumprimento de requisitos de habilitação por parte da empresa vencedora (peça 91);
- Decisão nº 3.816/2018 (peça 139): Procedência da representação. Determinações à SES/DF, dentre as quais, adoção de medidas para o fiel cumprimento da lei, sobretudo no que se refere à anulação do procedimento licitatório e realização de outro certame para o objeto demandado;
- Mandado de Segurança nº 0701141- 80.2019.8.07.0000 impetrado pela sociedade empresária FCB – Transporte e Logística e Serviços Gerais Ltda. em face da Decisão nº 3.816/2018. Decisão anulada. Trânsito em julgado (peça 251);
- Decisão 201/2020 (peça 278): Levantamento do sobrestamento dos autos, em virtude do trânsito em julgado do *writ*. Determinação de reanálise do feito;
- Pelo envio dos autos ao Gabinete do i. Conselheiro Manoel de Andrade – relator original do feito - para reanálise da representação.

DESPACHO

Cuidam os autos, na origem, de Exame do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2017/SUAG/SEE-DF, tendo por objeto a contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal na Região "C" – São Sebastião, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado (peça 2).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Por meio da Decisão nº 1.367/2017 (Peça 11), o Tribunal tomou conhecimento do edital e ordenou a suspensão do certame para a adoção de medidas corretivas. Após as devidas correções, consoante Decisão nº 3.460/2017 (peça 36), foi autorizada a continuidade do procedimento licitatório.

Posteriormente, a empresa I.H – Locação e Arrendamento de Veículos e Turismo sagrou-se vencedora do pregão eletrônico. Todavia, com a publicação de Ata Complementar ao pregão, a referida empresa declinou da assinatura do Contrato, sendo a COOPERBRAS – Cooperativa de Transportes declarada a nova vencedora do certame.

Nada obstante, a empresa FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda. apresentou Representação questionando a habilitação da COOPERBRAS (peça 91).

O Plenário, nos termos da Decisão n.º 1.213/2018 (peça 97), admitiu a Representação, concedeu medida cautelar e determinou à SEE/DF que se abstivesse de assinar o contrato com a COOPERBRAS.

Ao examinar o mérito da Representação, o i. Relator Conselheiro Manoel de Andrade proferiu voto para considerar improcedente a representação apresentada pela empresa FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda.; e autorizar o prosseguimento do Pregão Eletrônico n.º 03/2017/SUAG/SEE-DF (peça 124).

Todavia, na Sessão Ordinária nº 5060, de 07/08/2018, o Tribunal, acompanhado o voto de vista de minha autoria (peça 126), mediante a Decisão nº 3.816/2018 (peça nº 139), considerou a Representação procedente e proferiu determinações à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, *in verbis*:

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do 1º Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, que aderiu, nesta assentada, ao acréscimo constante do voto do 2º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I. tomar conhecimento do memorial encaminhado pela COOPERBRAS (e-DOC 3D8AD77F-c) e do pedido de obtenção de cópia formulado pelo representante legal da empresa Pollo Viagens e Transportes Ltda. – ME (eDOC DA748D6D-c); II. considerar procedente a Representação formulada pela FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda., no que concerne à quebra da isonomia no certame e à frustração ao caráter competitivo da licitação; III. determinar: a) à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF que, com fulcro no art. 1º, X, da Lei Complementar nº 1/1994, adote medidas para o fiel cumprimento da lei, sobretudo no que se refere à anulação do procedimento licitatório em análise e a realização de outro certame para o objeto demandado, e instaure processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, na licitação, na contratação ou na execução contratual, o ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, observados os princípios



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório; b) a realização de inspeção na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF para avaliar os pregões realizados pela jurisdicionada para a contratação de transporte de estudantes, de modo a avaliar eventual conluio entre as sociedades empresárias indicadas no Parecer nº 400/2018-ML, mormente em razão do vultoso valor despendido para pagamento de obrigações atreladas ao grupo societário apontado, levando em consideração os indícios de irregularidades mencionados na Representação formulada pela FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda. e no referido opinativo; IV. autorizar: a) a ciência desta decisão à 7Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF e à representante; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências devidas. Vencido o Relator, que manteve o seu voto. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos com fundamento no art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

(Grifei).

Irresignada, a Cooperativa de Transportes Cooperbras impetrou o Mandado de Segurança nº 0701141- 80.2019.8.07.0000 em face da Decisão nº 3.816/2018.

O TJDF, no mérito, anulou o *decisum* retro (peça 251), tendo o acórdão transitado em julgado, em 20/08/2019, conforme certidão constante da pág. 20 da peça 266.

Em seguida, por meio da Decisão nº 201/2020 (peça 278), o Tribunal levantou o sobrestamento dos autos, em virtude do trânsito em julgado do aludido MS.

Na mesma assentada determinou o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE, para reanálise de mérito da representação da empresa FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda., conhecida pela Decisão nº 1213/2018 (peça 91), levando em conta o estipulado no *Writ*.

A SESPE manifestou-se por meio da Informação nº 29/2020 (peça 291).

Ato contínuo, em virtude da Certidão - GPAT de peça 293, os autos foram enviados a este Gabinete.

Todavia, cabe destacar que a fase processual atual, após a anulação da Decisão nº 3.816/2018 pelo TJDF, é de nova análise da representação ofertada pela Empresa FCB – Transporte Logística e Serviços Gerais Ltda. questionando a habilitação da COOPERBRAS (peça 91).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Logo, conquanto a decisão guerreada tenha se pautado no voto de vista de minha autoria (peça 125), o retorno dos autos ao Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade - relator original do feito - para reanálise da representação em voga é medida que se impõe.

Brasília-DF, 5 de junho de 2020.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator